

RECUPERAÇÃO JUDICIAL – AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017
MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

Autos de Recuperação Judicial nº 0010738-87.2014.8.16.0017, em trâmite na 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá- Estado do Paraná, das empresas NILO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA – EPP (CNPJ Nº 11.161.128/0001-53), SEDMAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E TRANSPORTES MARINGÁ LTDA (CNPJ Nº 77.281.459/0001-35) e TAIMER TRANSPORTES AEREO E RODOVIÁRIOS MARINGÁ LTDA. – EPP (CNPJ Nº 05.015.479/0001-53).

Data: 06/04/2015, às 13:00 horas em primeira convocação.

1. A presente Assembleia foi convocada para este dia e horário, tendo como local o salão do Júri do Fórum Des. Euzébio Silveira da Mota desta Comarca, sito a Avenida Tiradentes, 380, Centro, CEP 87.013-900, nesta cidade de Maringá/PR, para a realização em primeira convocação, conforme previsto no Edital expedido pelo MM. Juiz da 4ª Vara Civil do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico nº 1518, com data de publicação em 04/03/2015 (veiculado em 03/03/2015), tendo sido publicado ainda no Jornal do Povo (jornal de circulação na Comarca) nos dias 01 e 03 de março de 2015.
- 1.1 De acordo com a lista de presença em anexo, as pessoas presentes no horário das 13 horas, encontram-se devidamente identificados, destacando-se que as portas foram abertas ao público às 12 horas e assim permaneceram até o presente momento. Informou-se ainda que os demais presentes (auxiliares do Administrador), assinaram a lista de presença em separado.
2. De posse desses dados o Administrador Judicial Marcio Roberto Marques, inscrito CPF/MF sob nº 022.009.069-60, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.996.705-1, regularmente inscrito na OAB/PR sob nº 65.066, devidamente nomeado nos Autos de Recuperação em epígrafe, assumiu a presidência da mesa, de acordo com o que dispõe o art. 37, da Lei nº. 11.101/2005. Ato contínuo agradeceu a presença de todos e declarou abertos os trabalhos a fim de que os credores presentes deliberem, conforme estabelece o Art. 35, inciso I, sobre a **ordem do dia**, qual seja:
 - a) aprovação, rejeição e modificação do plano de recuperação judicial, apresentado pelas Recuperandas na **seq. 262** dos autos desta Recuperação;
 - b) deliberação sobre a constituição do comitê de credores e escolha dos seus membros;
 - c) outros assuntos de interesse dos credores referentes aos presentes autos de recuperação judicial.



8



1



RECUPERAÇÃO JUDICIAL – AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017
MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

3. O Presidente da Assembleia indagou aos credores se há alguém interessado em secretariar os trabalhos para relatar e registrar os fatos e ocorrências durante a realização da assembleia e ao final lavrar a respectiva ata. Como não houve manifestação, o Presidente indicou sua auxiliar, a Srta. Isadora Marques Pereira e questionou os presentes se havia alguma objeção à indicação. Não havendo objeção por parte de qualquer credor, a mesma tomou acento à mesa dos trabalhos.
4. O Presidente convidou 2 (dois) representantes dos credores, sendo 1 (um) da classe dos Créditos Derivados da Legislação do Trabalho e 1 (um) da classe dos Créditos Quirografários, para a realização dos seguintes trabalhos:
- a) Fazer a revisão dos dados das listas de presença;
 - b) Acompanhar a apuração dos votos da assembleia;
 - c) Proceder à revisão e assinatura da Ata;

Os seguintes representantes se propuseram a participar dos trabalhos:

- Créditos Derivados da Legislação do Trabalho: **Cristiana Coelho**, representante dos funcionários: Waldemar Barbosa de Souza, Waldir Nascimento, Willian Elieser Lima e Wanderlei de Mattos;
 - Créditos Quirografários: **Dra. Giovana C. Favoretto Shcaira**, OAB/PR nº 21.070, representante do Banco Itaú Unibanco S.A.
5. Na sequência o Presidente informou a existência de duas classes de credores e fez a verificação do quórum, constatando a seguinte situação:
- a) Créditos Derivados da Legislação do Trabalho: Presença de representantes de 55 credores, os quais representam 60,39 (sessenta e trinta e nove por cento) da Classe I – Créditos Derivados da Legislação do Trabalho, o que se verifica, portanto, ter atingido o quórum legal, conforme se evidencia através da lista de presença devidamente assinada. O Presidente informou que houve a impugnação ao Quadro Geral de Credores pelas recuperandas, através dos autos nº 0004844-96.2015.8.16.0017. No julgamento, conforme seq. 28.1, o MM. Juiz da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá-Estado do Paraná determinou a exclusão de 12 (doze) credores desta classe, por já haver ocorrido a liquidação de seus créditos na ocasião de suas rescisões de contrato de trabalho.
 - b) Créditos Quirografários: Presença de representantes de 04 credores, os quais representam 97,63% (noventa e sete e sessenta e três por cento) da Classe III – Créditos Quirografários, o que se verifica, portanto, ter atingido o



8



2



RECUPERAÇÃO JUDICIAL – AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017
MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

quórum legal, conforme se evidencia através da lista de presença devidamente assinada.

6. Verificado o quórum, e estando em conformidade com o art. 37, §2º, da Lei nº 11.101/05, o Presidente declarou instalada a Assembleia Geral de Credores. Esses dados foram conferidos pelos credores indicados no item 4 supra.
7. O procurador do Banco Safra S.A. e Banco J. Safra S.A., consignou em ata duas ressalvas, quais sejam:

Ressalva 1: Diante da condição extraconcursal dos créditos, que não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, o Banco Safra S/A e Banco J. Safra S/A, foram acertadamente excluídos da relação de credores previstas no art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05, não havendo razão para plano de pagamento diverso do quanto constam dos contratos anteriormente celebrados.

Ressalva 2: Nos termos do artigo 49, §1º da Lei 11.101/2005, fica ressalvada que eventual aprovação do Plano de Recuperação Judicial não prejudica o direito do credor Banco Safra e Banco J. Safra S/A em iniciar ou continuar ações visando a satisfação de seu crédito em relação aos coobrigados, fiadores, avalistas e garantidores.

8. Na sequência o Presidente realizou breve explanação sobre os procedimentos da assembleia, destacando a forma de participação e votação e os objetivos da recuperação judicial.
9. Prosseguindo, o Presidente requereu o debate sobre o item “a” da ordem do dia, qual seja, a aprovação, rejeição e modificação do plano de recuperação judicial, apresentado pelas Recuperandas na **seq. 262** dos autos desta Recuperação. Solicitou ao representante da empresa, uma breve apresentação e suas considerações sobre o Plano de Recuperação Judicial, tendo feito uso da palavra o economista responsável pela elaboração do referido plano, o Sr. Neio Lúcio Peres Gualda (CORECON 2838- PR). O economista apresentou uma síntese da composição dos débitos das empresas recuperandas, bem como informando que o julgamento da impugnação ao Quadro Geral de Credores (autos 0004844-96.2015.8.16.0017) gerou uma modificação relevante quanto à composição dos débitos constantes no plano de recuperação. O julgamento desta impugnação ocorreu em data de 01/04/2015 (seq. 28.1), sendo determinada a exclusão de 12 (doze) credores com Créditos Derivados da Legislação do Trabalho, bem como sendo mantida a exclusão dos créditos considerados não sujeitos a recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 3º da Lei 11.101/2005. Destarte, asseverou sobre a necessidade de realizar



5



3



RECUPERAÇÃO JUDICIAL – AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017
MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

modificações no plano de recuperação, baseados na nova composição do Quadro Geral de Credores, informando que não houve tempo hábil para promover tais modificações após o julgamento da impugnação mencionada. **Ao fim, requereu aos credores um prazo de 90 dias para a apresentação de um novo plano de recuperação judicial, contemplando apenas os créditos homologados, bem como na tentativa de melhorar as condições de pagamento pelas recuperandas.**

10. Os representantes dos Bancos Itaú e CEF consignaram em ata que a suspensão da presente assembleia para apresentação de um novo plano de recuperação pelas recuperandas, estaria condicionada a duas situações, quais sejam:
 - a) Desistência pelas recuperandas do prazo recursal da decisão que manteve a exclusão dos créditos de alienação fiduciária;
 - b) Apresentação no prazo de 30 dias de novo plano de recuperação judicial pelas recuperandas.
11. Os representantes dos credores Bonsai Motors Veículos Ltda e Ellenco Soluções para Transporte Ltda manifestaram concordância com a proposta da empresa de suspensão pelo prazo de 90 dias.
12. A representante do Banco do Brasil S.A. consignou em ata que a suspensão da presente assembleia para apresentação de um novo plano de recuperação pelas recuperandas, estaria condicionada a manutenção do direito de ajuizamento contra os coobrigados. Quanto ao prazo de 45 dias, manifestou concordância.
13. Em seguida o representante da Caixa Econômica Federal sugeriu a concessão de um período de 10 minutos para a reunião dos credores, a fim de debaterem a respeito do prazo de suspensão.
14. Os representantes dos credores quirografários, exceto o representante do **Banco do Brasil**, apresentaram a proposta de suspensão pelo prazo de 45 dias, tendo **como condição a renúncia do prazo recursal** da decisão que manteve a exclusão dos créditos fiduciários. O Banco do Brasil é favorável à suspensão pelo prazo de 45 dias **sem a condição de renúncia ao prazo recursal**. Desta forma, foram apresentadas pelos credores quirografários duas propostas distintas, sendo uma com a renúncia do prazo e outra sem a renúncia do referido prazo.
15. Às 14:40 horas o Presidente colocou em votação as duas propostas de suspensão apresentadas pelos credores quirografários, quais sejam:



5



4



RECUPERAÇÃO JUDICIAL – AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017
MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

1ª PROPOSTA: suspensão pelo prazo de 45 dias, **COM** a condição de renúncia ao prazo recursal da decisão proferida nos autos nº 0004844-96.2015.8.16.0017, de impugnação ao Quadro Geral de Credores, para apresentação de novo plano de Recuperação Judicial pelas recuperandas;

2ª PROPOSTA: suspensão pelo prazo de 45 dias **SEM** a condição de renúncia ao prazo recursal da decisão proferida nos autos nº 0004844-96.2015.8.16.0017, de impugnação ao Quadro Geral de Credores, para apresentação de novo plano de Recuperação Judicial pelas recuperandas.

- 15.1 Ocorrida a votação pelos credores com Créditos Derivados da Legislação do Trabalho, o resultado obtido foi de 100% de aprovação da **2ª PROPOSTA**, qual seja, suspensão pelo prazo de 45 dias **SEM** a condição de renúncia ao prazo recursal da decisão proferida nos autos nº 0004844-96.2015.8.16.0017, de impugnação ao Quadro Geral de Credores, para apresentação de novo plano de Recuperação Judicial pelas recuperandas.
- 15.2 Encerrada a votação pelos credores com Créditos Quirografários, o resultado obtido foi de **41,14%** dos votos na **1ª PROPOSTA** (Itaú Unibanco S.A. e Caixa Econômica Federal), e, de **58,86%** em favor da **2ª PROPOSTA** (Ellenco Soluções Para Transportes Ltda e Banco do Brasil S.A.), qual seja, suspensão pelo prazo de 45 dias **SEM** a condição de renúncia ao prazo recursal da decisão proferida nos autos nº 0004844-96.2015.8.16.0017, de impugnação ao Quadro Geral de Credores, para apresentação de novo plano de Recuperação Judicial pelas recuperandas.
- 15.3 Antes, porém, o Presidente enfatizou que caso não houvesse a aceitação da suspensão da assembleia, o plano deveria ser votado nos termos apresentados inicialmente nos autos, concluindo pela aprovação, rejeição ou modificação do plano.
16. Portanto, foi declarado pelo Presidente da Assembleia aprovada a **2ª PROPOSTA**, qual seja, suspensão pelo prazo de 45 dias **SEM** a condição de renúncia ao prazo recursal da decisão proferida nos autos nº 0004844-96.2015.8.16.0017, de impugnação ao Quadro Geral de Credores, para apresentação de novo plano de Recuperação Judicial pelas recuperandas.
17. Encerramento: O Presidente agradeceu a presença de todos e solicitou para os representantes dos Credores e das Recuperandas aguardarem a lavratura da Ata, para que procedam a revisão e assinatura da mesma e que será declarada o encerramento da Assembleia, somente ao término da confecção da mesma.



8



5

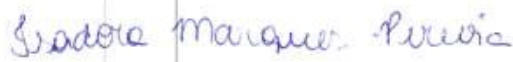


RECUPERAÇÃO JUDICIAL – AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017
MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL


18. Às 15:50 horas, solicitou a leitura da Ata pela Secretária Isadora Marques Pereira que lida e achada conforme segue assinada pelos indicados pelos credores, por este Presidente, Secretária, representantes da empresa e quem desejar.
19. Anexos, os quais também serão rubricados pelos que assinam a presente ata: i) lista de presença dos credores; ii) lista de presença dos representantes da empresa; iii) lista de presença dos terceiros interessados e auxiliares do administrador e outros participantes.

Maringá/Pr, 06 de abril de 2015, às 16 horas.


Marcio Roberto Marques
Presidente da Assembleia


Isadora Marques Pereira
Secretária


Dr. Giovana C. Favaretto Socaira
OAB/PR 21.070
Representante dos Credores


Cristiana Coelho
Representante dos Credores


Rudinei Mussi
Representante da Empresa


Antônio Mainardes da Silva
Representante da Empresa

